

AS FESTAS DO PODER: LEGITIMAÇÃO DO REGIME COLONIAL NAS FESTAS DA VILA DE SÃO JOSÉ DO PARAHYBA (1767 - 1800)

Filipe de Souza Queiroz, Orientadora: Prof^a Dra. Maria Aparecida Papali.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, fi2812@outlook.com, cidapapali@gmail.com.

Resumo

Alegres, iluminadas e repletas de elementos religiosos, com sua teatralidade e simbolismo, as festas reais do período colonial brasileiro eram verdadeiros instrumentos de poder. Seu objetivo primordial era o controle social, a manutenção da ordem e a legitimação da exploração portuguesa no Brasil. Na Vila de São José do Parahyba, as festas reais foram presentes em seu cotidiano, ordenadas pelo capitão-general da Capitania, os festejos ocorridos em São José celebravam os nascimentos de membros da nobreza portuguesa, como o futuro Pedro I do Brasil. O objetivo da presente pesquisa é evidenciar as festas coloniais como uma ferramenta de controle da ordem existente no cotidiano da colônia, usando como exemplo a Vila de São José do Parahyba, atualmente a cidade paulista de São José dos Campos. Como metodologia, o estudo se baseia na transcrição e análise de dois ofícios da Câmara de São José do Parahyba, presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo, para o governo da Capitania de São Paulo, relatando a realização de duas festas reais na vila. Além do referencial bibliográfico, composto de autores como Torrão Filho (2007) e Mary Del Priore (1994).

Palavras-chave: Festas, Poder, Colônia

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Nas terras de Portugal, então metrópole do Império Português, durante os séculos XVI ao XVIII, as cerimônias e festejos eram marcados por sua característica de grandiosidade, tanto nos sentidos materiais e econômicos, mas principalmente pela riqueza simbólica das comemorações. O caráter significativo desses eventos gerava um profundo impacto na sociedade da época. Eles funcionavam como um poderoso mecanismo para impressionar a população e serviam como um instrumento político, atuando como uma representação simbólica do poder (Cardim, 2001, p.97).

De acordo com Pedro Cardim (2001), a realeza europeia, incluindo a portuguesa, atribuía grande importância política às cerimônias. A Coroa de Portugal, por exemplo, organizava entradas solenes, celebrações que marcavam a primeira visita de um monarca ou membro da família real a uma cidade. Nessas ocasiões, o soberano era recebido com grandes festividades, por meio das quais a cidade manifestava seu reconhecimento ao poder real, e este, por sua vez, reafirmava os direitos daquela comunidade e demonstrava seu compromisso em governá-la. (Cardim, 2001, p.98).

As festividades tomam um maior compromisso no governo de Dom João V, nesse momento o monarca e a coroa portuguesa possuem uma preocupação no fortalecimento do poder régio da Dinastia de Bragança, assim, entre os membros e apoiadores da monarquia, surgem ideias para a afirmação desse poder real, por meio de peças, comemorações, que expressavam de forma celebrativa a hegemonia da política bragantina (Monteiro, 2001, p.142), que também deveria chegar em suas colônias, como o Brasil. Dessa forma, a América Portuguesa também é tomada de festejos para reafirmar, de forma representativa, as forças da metrópole, é o que afirma Rodrigo Bentes Monteiro (2001):

Diante dos ambientes tumultuados no velho ou Novo Mundo, era preciso reagir com a criação de uma atmosfera de envolvimento, na qual os súditos fossem contagiados pelo brilho dos raios de seu soberano, não somente pelo temor, mas sobretudo pelo amor (Monteiro, 2001, p.142-143).

A Ciência do **NANO** e seu impacto transformador no **MACRO**

A modalidade festiva constituiu em um importante mecanismo para a afirmação dos Bragança no trono português e, por consequência, da soberania colonial lusitana no Brasil, se mantendo ao longo da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Mais do que simples celebrações, a permanência dessas festas como representação do poder da Coroa Portuguesa foi incorporada às formas de controle social na colônia. Este esforço visava, em parte, conter a influência das ideias do reformismo ilustrado entre a população colonial (Silva, 2001, p. 313).

A importância estratégica de manter esse controle social e a ordem na colônia manifestava-se de forma visível no cotidiano de localidades distantes das realidades portuguesas e dos centros administrativos da colônia, como a Vila de São José do Parahyba. Mesmo sendo uma comunidade pobre no interior paulista, ela também era palco da influência e a autoridade da monarquia portuguesa, que precisavam se fazer presentes e se estabelecerem, demonstrando que o aparato de poder real buscava chegar até as mais modestas sociedades do interior do Brasil Colonial.

Metodologia

Metodologicamente, a presente pesquisa possui como base a transcrição e análise de dois ofícios, presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo, enviados da Câmara da Vila de São José do Parahyba ao então Capitão-General da Capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, dos anos de 1799 e 1800. Relatando o cumprimento das ordens do general para realizar-se na vila festas em comemoração ao nascimento de membros da Família Real Portuguesa. Como referencial bibliográfico, o trabalho utiliza-se de obras historiográficas referentes ao tema da pesquisa.

Discussão

Os primórdios da administração civil na Vila de São José do Parahyba estiveram intrinsecamente ligados aos projetos da política da Capitania de São Paulo, visando implementar uma estrutura governamental e uma maior organização e dominação territorial. É no ano de 1767 em que a gestão política de São José assume um corpo maior, quando a então aldeia foi elevada à situação de vila. Nesse momento, com o governo do Capitão-General Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, a Capitania de São Paulo é governada visando o aumento da hegemonia política portuguesa, e o então governador cumpre essa questão com a elevação de aldeamentos ao status de vila (Oliveira, et al, 2010, p.86).

Ao assumir o governo da capitania, o Morgado de Mateus se deparou com um território que, em sua percepção, encontrava-se em profundo estado de atraso econômico e social, distante dos padrões de civilidade vigentes na Europa. Impactado por esse contraste, ele elegeu como uma das prioridades máximas de sua administração a implementação de um projeto civilizatório. (Torrão Filho, 2007, p.187). Este plano visava não apenas a modernização econômica, mas também uma transformação sociocultural profunda, buscando reorientar os costumes, as instituições e a própria organização do espaço urbano segundo os ideais europeus.

Um ponto importante para o plano de “civilização” de Morgado de Mateus envolvia a igreja e questões econômicas, já que o dízimo era um fator de importância na manutenção econômica das vilas e povoações coloniais. É o que aponta Torrão Filho (2007, p.193), que um dos desafios do governador era “civilizar os povos também no sentido de acostumá-los ao pagamento dos impostos”.

Muito além dos impostos ou dos dízimos na São Paulo do século XVIII, a figura de um monarca era uma novidade abstrata para muitos habitantes da capitania. O desconhecimento em relação ao soberano era grande, conforme registro ao Conde de Oeiras em 1768, o nome do rei sequer era conhecido em regiões como Jaguary, Camanducaya e ao longo do Rio Parahyba (Torrão Filho, 2007, p. 194). Esse relato evidencia o profundo isolamento e a desconexão entre o poder central metropolitano e a realidade cotidiana dos sertões paulistas.

Mas como colocar o monarca, a coroa e figuras da nobreza portuguesa, reservados nas cortes europeias na realidade da sociedade colonial e no cotidiano das pequenas vilas paulistas, como a de São José do Parahyba? Uma das principais e mais efetivas saídas para essa questão foram as celebrações, descritas pelo próprio Morgado de Mateus em carta para Sebastião José de Carvalho, o capitão-general relata:

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

[...] e até o Respeitavel nome de S. Mag.de que Deoz g.de em desconhecimento em alguns Povos onde apenas Se tinha ouvido que havia General [...] tenho procurado fazer celebrar os dias de annos de Sua Mag.de q. Deoz g.de, p^a imprimir cada vez mais nos animos dos Povos o Respeito e Veneração q. Se Lhe deve [...] (Mourão, 1768; AHU, Cx.25 Doc. 2413).

O relato de Morgado de Mateus reflete uma prática comum na colônia, festas reais que colocavam em destaque os eventos da coroa portuguesa, como: nascimentos, casamentos, aclamações, entradas e até mesmo a morte dos membros da realeza, focando no papel dessas figuras na história (Souza, 2001, p. 548). Era uma forma prática de trazer a população colonial, distante dos holofotes da monarquia, um sentimento de pertencimento a esse regime e a sensação de aprovação a hegemonia política desses grupos.

Uma forma de “teatrocracia”, era a encenação do poder, a celebração da ordem colonial na colônia, o que Balandier (1982) conceitua de “um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelo teatro” (Balandier, 1982; apud; Torrão Filho, 2001, p. 223). Nesse sentido, as festas do período colonial foram utilizadas como um instrumento do poder, uma forma romântica dos eventos e acontecimentos da metrópole chegarem de forma impactante no dia a dia da colônia. As cidades, assim como vilas e outras comunidades, se tornavam palco para a encenação da ordem colonial, colocando a população como falsos participantes, exaltando as figuras do rei e da monarquia (Torrão Filho, 2007, p. 223).

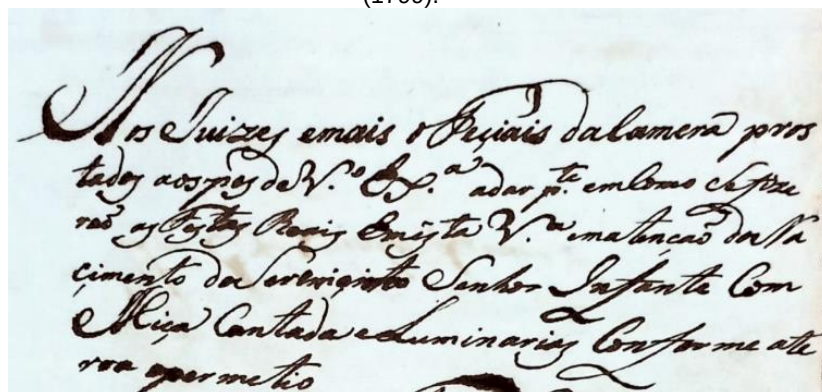
Na Capitania de São Paulo, os hábitos festivos e estratégicos do Capitão-General Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, parecem ter sido incorporados por outros governantes da capitania, como Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça. Em sua gestão, manteve a prática de enviar ordens às Câmaras das vilas do interior para a celebração de festas reais, eventos que colocavam a nobreza portuguesa como protagonista. A Vila de São José do Parahyba recebeu uma das ordens do governador e tratou de celebrar, evidenciando entre seus habitantes, o nascimento de mais um infante português. O príncipe nascia no fausto da coroa bragantina, mas era festejado na simplicidade de São José do Parahyba.

Ilm.o Ex.mo Senhor General. Nos Juizes e mais ofeçiais da Camera pros todos aos pes de V. Ex^a a dar p.te [parte] em como Se fizerão as Festas Reais E nesta V^a [vila] natenção do Nascimento do Serenissimo Senhor Infante Com Miça Cantada e Luminarias Conforme ateria permetio (CÂMARA, Vila de São José do Parahyba, 1799, APESP, CO. 233; Doc. 7/1/8).

O infante português em questão era Pedro de Alcântara, o futuro Dom Pedro I do Brasil. De acordo com Isabel Lustosa (2006, p. 22), o príncipe nasceu em 12 de outubro de 1798, no Palácio de Queluz, em Portugal. Embora a notícia tenha sido divulgada e confirmada rapidamente no dia seguinte (Lustosa, 2006, p. 22), a Câmara de São José do Parahyba pode ter demorado a recebê-la, informando ao governador da capitania que a festividade real já havia ocorrido cerca de sete meses após o acontecimento. Com o nascimento de Pedro I a vila celebrou, com missa cantada e luminárias colocadas nas ruas e pátios de São José do Parahyba. Contudo, era mais que uma festa, era uma ordem, cabia aos habitantes obedecerem celebrando, e a câmara realizar e prestar explicações sobre o acontecimento do festejo.

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Figura 1: Trecho do ofício da Câmara de São José do Parahyba para o governo da Capitania de São Paulo (1799).



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Isso reflete uma das características da população colonial nas festas, a “obediência filial destes para com o rei e seus representantes, teatraliza publicamente esta economia afetiva entre o monarca e o governador” (Torrão Filho, 2007, p. 223). Ou seja, a ordem colonial implícita em um aspecto do cotidiano, a celebração era muito mais que uma forma de festejar, mas também uma ferramenta de controle social.

A figura da criança, de um ser ingênuo, assim como o “sereníssimo senhor infante” descrito na carta dos oficiais da câmara de São José, eram personagens importantes, e muitas vezes protagonistas, no espetáculo teatral das festas reais do período colonial. Uma herança do período jesuíta, que vestia as crianças de anjos para as procissões, e as encaravam como seres inocentes, serenos, frágeis e que tinham um contato direto com Deus. Além disso, a imagem da criança refletia toda a pureza da família. (Del Priore, 1994, p. 75). Por isso, a notícia do nascimento de mais um “ingênuo príncipe” deveria ser celebrado de forma digna do imaginário daquela sociedade.

Para além de Pedro de Alcântara, o nascimento de uma infanta portuguesa foi igualmente celebrado no cotidiano de São José do Parahyba. Também uma ordem do capitão-general da capitania, em 22 de dezembro de 1800, a Câmara de São José relatou o acontecimento da festividade.

Il.mo e Ex.mo Senhor General. Sendo pezena a Esta Cam.^a [Câmara] a Respeitavel ordem de V.Ex^a naq.^a [naquela] nos tes parteçipar a grad.e Contentam.to do bom SuçeSo da Sereniçima Senhora Donna Carlota Joaquina Prinçeza do Brazil NoSa Senhora no Naçimento de hua Infanta erego juzando-nos Com a noticia de tanto Contentam.to Setes nesta Villa pellos Seus abitadores aSim notemp^o Com miSsa Cantada o Senhor exposto na boca do Saclario [sacrário] e te deo Laudamos com tres dias de Luminarias em.to mais fariamos SeouveSe poçibild.es neste Pais A mesma mandamos Registrar no L.^o Competente desta Cam.^a p.^a ficar em Lembrança e nos prontificamos para obedecer em tudo as ord.es de VEx^a a Cuj a Ill.ma peSoa Gd.e. V. S. Jozé em Camara de 22 de dezembro - dE 1800a. (CÂMARA, Vila de São José do Parahyba, 1800, APESP, CO. 233; Doc. 7/1/10).

Desta vez, se tratava do nascimento da Infanta Maria Francisca de Assis, quinta filha de Dona Carlota Joaquina e de Dom João VI, nascida em 1800 (Lustosa, 2006, p. 19), aproximadamente, oito meses antes da carta da Câmara de São José. No documento, os oficiais relatam com maiores detalhes as celebrações ocorridas na vila, de forma a ressaltar o papel da então Princesa do Brasil, Carlota Joaquina.

Ao ser descrita na carta como “nossa senhora”, Carlota Joaquina tem sua figura elevada, compartilhando o protagonismo das celebrações pelo nascimento da filha. Esse destaque reflete a concepção da maternidade enquanto uma função social fundamental, que consistia em instruir e educar a família segundo os princípios cristãos (Del Priore, 2009, p. 41). A fusão entre o papel de mãe e o de futura rainha confirmava, portanto, à figura de Carlota Joaquina uma importância única e ampliada na ordem colonial.

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Além de ressaltar a figura da então Princesa do Brasil, a festa ocorrida na Vila de São José possuía como principal instituição a Igreja Católica. Os elementos religiosos do catolicismo se misturam com as exaltações aos membros da coroa portuguesa, as duas instituições buscavam o mesmo objetivo: manter sua hegemonia na colônia. Del Priore (1994) aponta que “o rei e a religião, numa aliança colonizadora, estendiam o seu manto protetor e repressor sobre as comunidades, manto este que por ocasião de festividades coloria-se com exuberância” (Del Priore, 1994, p.14).

As relações entre a nobreza e a religião aparecem no relato da festa em São José do Parahyba: “Com missa Cantada o Senhor exposto na boca do Saclario [sacrário]”. A forte presença do catolicismo evidenciava o caráter institucional desses festejos, quase sempre vinculados ao Estado ou à Igreja (Del Priore, 1994, p. 90), neste caso, a ambas as instâncias. Isso porque, para legitimar o poder colonial, o espaço público era fundamental na construção de uma ordem visível perante toda a comunidade, e a Igreja oferecia o cenário ideal, pois reforçava também a dimensão religiosa da coletividade. Assim, o rito da missa adquiria centralidade nas celebrações, o sermão destacava o motivo da festa e se convertia em um espaço de diálogo do poder. Nesse contexto, a Igreja assumia o papel de verdadeira “porta-voz do Estado” (Del Priore, 1994, p. 90).

Nesse sentido, as festas religiosas e profanas não se apresentavam como esferas distintas, mas ao contrário, estavam continuamente relacionadas e se complementavam. Para que a celebração cumprisse seu papel e o acontecimento se inserisse no imaginário da população, era comum a fusão de elementos sacros e políticos. Como observa Mary Del Priore (1994, p. 33), era frequente ver a elite das comunidades coloniais, ricamente vestidas, lado a lado com imagens sacras e participando de rituais religiosos, uma forma simbólica de santificação do poder da nobreza colonial.

Uma das características das festas realizadas em São José do Parahyba, registradas nas cartas enviadas ao governo da capitania, eram as chamadas “luminárias”. Esses objetos luminosos consistiam em recipientes de barro nos quais se colocava azeite, junto a uma ponta de algodão que funcionava como pavio para ser aceso. Nas comunidades mais pobres, entretanto, a casca de laranja era utilizada como substituta do azeite (Del Priore, 1994, p. 35) recurso que, possivelmente, era o adotado na modesta Vila de São José.

As “luminárias” marcavam a abertura das festas, funcionando como anúncio de celebração. Elas rompiam a escuridão das noites cotidianas e transformavam o espaço urbano em um cenário iluminado, sinalizando à comunidade a chegada do momento festivo (Del Priore, 1994, p. 36). A prática de instalar luminárias nos telhados das casas e edifícios das vilas era comum, tanto para enaltecer o motivo da festividade quanto para dedicar a iluminação ao rei de Portugal. O efeito produzido era de tal intensidade que, segundo Del Priore (1994, p. 37), sobre os céus das vilas, “parecia arder um chuveiro de estrelas” (Del Priore, 1994, p. 37).

Mais do que simples ornamentos de beleza e anúncio das festas, as luminárias funcionavam também como marcadores sociais, permitindo a identificação das elites locais por meio da dedicação ao rei, quanto maior o número de luminárias acesas no telhado de uma casa, mais abastada era considerada a família. Dessa forma, as luminárias passaram a exercer um papel de manutenção da ordem, atuando como propaganda do Estado Moderno, uma forma de legitimar a monarquia, que constantemente exaltava o nome do rei. Essa prática perdurou no Brasil Colonial até o início do século XIX, durante o governo de Dom João VI e a transferência da corte para os trópicos, as luminárias se transformaram em uma forma de saudar o rei e a nobreza (Del Priore, 1994, p. 36).

A construção desse cenário festivo, que era santificado, iluminado, comparado a algo teatral e cenográfico, não fica preso apenas aos governos de Dom João V, Dom José I e Dona Maria I. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, no ano de 1808, as festas reais se tornam algo mais presentes na colônia, visando sempre “estreitar os elos entre o governante e o governado” (Souza, 2001, p.546).

Conclusão

Na experiência cotidiana, as celebrações ultrapassavam o caráter religioso ou lúdico: eram instrumentos de poder e estratégias de legitimação política. Ao mesmo tempo em que mobilizavam a população em torno da fé e do espetáculo, reforçavam a centralidade da monarquia e naturalizavam sua presença na vida colonial, transformando a festa em um dos mais eficazes meios de comunicação entre o Estado e a sociedade.

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Na Vila de São José do Parahyba, por exemplo, as festividades aparecem como ordens expressas nas cartas preservadas no Arquivo do Estado de São Paulo. Relatos de comemorações pelo nascimento dos príncipes Pedro de Alcântara, futuro Pedro I do Brasil, e Maria Francisca eram tratados como uma prestação de contas ao governo da capitania e, em última instância, à Coroa portuguesa. Dessa forma, o regime colonial encontrava na festa um meio privilegiado de penetrar no imaginário da população e de reforçar a legitimação de seu poder de caráter exploratório.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Império Colonial Português, CO. 233; Doc. 7/1/8**. APESP, 1799.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Império Colonial Português, CO. 233; Doc. 7/1/10**. APESP, 1800.

CARDIM, P. **Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVIII**. In.: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa, Volume I. São Paulo: Hucitec/USP; Fapesp, 2001.

DEL PRIORE, M. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LUSTOSA, I. D. **Pedro I. Um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, R. B. **Entre festas e motins: Afirmação do Poder Régio Bragantino na América Portuguesa (1690-1763)**. In.: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa, Volume I. São Paulo: Hucitec/USP; Fapesp, 2001.

OLIVEIRA, V. C. M.; PAPALI, M. A.; ZANETTI, V. **A elevação da Aldeia de São José do Parahyba em 1767: o papel das Vilas e Aldeias paulistas no contexto político do Brasil Colonial**. In.: PAPALI, M. A. (Org.). São José dos Campos História & Cidade, Vol.III: São José dos Campos: de Aldeia a Cidade. São José dos Campos, SP: Univap, 2010.

SILVA, L. G. **Da festa à sedição. Sociabilidades, etnia e controle social na América Portuguesa (1776-1814)**. In.: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa, Volume I. São Paulo: Hucitec/USP; Fapesp, 2001.

SOUZA, I. L. C. **Liturgia Real: Entre a permanência e o efêmero**. In.: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa, Volume II. São Paulo: Hucitec/USP; Fapesp, 2001.

TORRÃO FILHO, A. **Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.